

O desafio da inclusão social no Brasil

Ana Carolina Parra

Faculdades Integradas de Jaú - Fundação Educacional Doutor Raul Bauab.

presaopaulo@hotmail.com

Bruna Ferim

Faculdades Integradas de Jaú - Fundação Educacional Doutor Raul Bauab.

x.bruh.x@hotmail.com

Michelle Delfito

Faculdades Integradas de Jaú - Fundação Educacional Doutor Raul Bauab.

michelledelfito@hotmail.com

Priscila Camila Tedeschi

Faculdades Integradas de Jaú - Fundação Educacional Doutor Raul Bauab.

pri.tedeschi@hotmail.com

Hugo Ferrari Cardoso

Faculdades Integradas de Jaú - Fundação Educacional Doutor Raul Bauab.

hfcardoso@gmail.com

Resumo

A exclusão social traz graves consequências para o indivíduo excluído como para a própria sociedade. Essa é uma realidade que acontece desde a Antiguidade, tendo como maior consequência o sofrimento e a privação. Porém, o processo de

incluir não é tão fácil quanto parece, principalmente quando ainda há dúvidas e um histórico de exclusão com um peso religioso e cultural. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a inclusão social, seu processo e obstáculo através de um breve histórico. O trabalho foi pautado na metodologia da pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de artigos localizados em dados científicos, bem como a banco de dissertações. Com base no material bibliográfico analisado, foi possível constatar que as causas que levam uma sociedade a excluir aqueles considerados diferentes variam, partindo desde a cultura, classe social até a influência da mídia em busca da perfeição. Os resultados permitiram entender que todos esses motivos geram, além do preconceito, o sofrimento daqueles que não se encaixam nos valores impostos. Constatou-se que o Brasil ainda não está adaptado para a inclusão social e que a conscientização em relação ao tema ainda é precária. Percebeu-se também que o preconceito tem uma grande influência negativa no tratamento e socialização do deficiente. As leis e os direitos existem mas o que ainda falta é colocá-los em prática. Cabe à sociedade em geral, deficiente ou não, pensar mais no outro e fazer valer os direitos.

Palavras-chave: inclusão social, deficiência, exclusão social.

1 O que é inclusão social?

A sensação de ser e viver em exclusão traz sofrimentos psíquicos, principalmente em uma sociedade fechada para os diferentes. Segundo Jorge e Bezerra (2004), uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no ano de 1988, apontou que 12% das mortes e perdas da capacidade produtiva da população mundial foram decorrentes de transtornos mentais e ainda há uma estimativa para 2020 de um crescimento de 3%, podendo até passar a 15%.

A prática da inclusão social, de acordo com Maciel (2000), deve ser parte de planos nacionais de educação, lazer, esporte, entre outros; ele também lembra que uma sociedade inclusiva tem o compromisso com todas as pessoas que sofrem a exclusão

social, sendo um direito de todos que necessitam ser fortalecidos pelo Estado (em sentido amplo), que, com verbas e projetos, deve atender a essa população. Assim, lutar a favor da inclusão social é responsabilidade de cada um e de todos coletivamente.

Segundo, o *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 2001), o ato de incluir significa trazer em si, compreender, abranger, fazer tomar parte, introduzir, ou seja, a inclusão social é o ato de compreender e inserir todos na sociedade, fazendo valer seus direitos de cidadãos. Portanto, não é o sujeito que precisa se adaptar à sociedade, e sim a sociedade que precisa se adaptar às especificidades dos indivíduos. De acordo com Fraga e Souza (2009), em relação à assistência à saúde voltada para as pessoas com deficiência, é necessário mais do que diagnosticar a deficiência em si. Aspectos socioculturais e legais envolvidos com suas questões de saúde também precisam ser apreendidos. Os esforços não devem se centrar em adequar a pessoa à realidade. A situação vivenciada pelas pessoas com alguma necessidade especial exige uma resposta da sociedade e do Estado.

A inclusão é um processo de transformações pequenas e grandes, de prazos diferentes, na mentalidade dos indivíduos. Por meio desse processo, a sociedade tem condições de se preparar para incluir, em seu seio, todas as pessoas, sem exceção. Nessa mesma direção, a exclusão social se dá ao modo como cada sociedade, cada cultura, cada olhar percebe as “pessoas diferentes”. Muitas dessas são consideradas inválidas e incapazes, e assim impedidas de se assumirem como sujeitos, indivíduos, dependendo da caridade, da paciência, e da aceitação de outros.

As Organizações das Nações Unidas (ONU) proclamou em 1975 a declaração dos direitos de pessoas com deficiência e solicitou que se adotassem medidas em planos nacionais e internacionais para que esse documento sirva de base e referência comuns para o apoio e a proteção dos direitos desses indivíduos. O termo pessoa portadora de deficiência diz respeito àquele que, devido a seus déficits físicos ou mentais, não está em pleno gozo da capacidade de satisfazer, por si mesmo, de

forma total ou parcial, suas necessidades vitais e sociais, como os demais cidadãos.

Para Fraga e Souza (2009), excluir é o mesmo que praticar injustiça, preconceito, alimentando uma situação humilhante que degrada a cidadania da pessoa deficiente, das pessoas mais próximas e da sociedade, que está lhe negando todos os seus direitos. É fácil perceber que espaços, equipamentos, políticas, atitudes e comportamentos da sociedade ainda seguem um padrão que somente atende às necessidades das pessoas tidas como normais, que atendem aos padrões da sociedade.

2 Um breve histórico da exclusão social

O processo de exclusão social é tão antigo quanto a socialização do homem. O ato de excluir, segundo o *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 2001), significa deixar de fora, ser incompatível, expulsar, eliminar, ou seja, tirar da sociedade aquele que nela não se encaixa, sejam quais forem os motivos. Porém, a estrutura social, desde os seus primórdios, sempre excluiu os considerados diferentes, marginalizando-os e os privando de liberdade, sendo os deficientes os mais prejudicados. (MACIEL, 2000)

De acordo com Diniz, Squinca e Medeiros (2007), há diferentes definições para a deficiência. De um modo geral, a deficiência se dá de acordo com a existência de variações de algumas habilidades que sejam qualificadas como restrições ou lesões. Porém, o questionamento é em relação a quais restrições e variações de habilidades que caracterizam a deficiência. Há pessoas com lesões que não experimentam ou não se consideram deficientes, assim como existem pessoas com alguma expectativa de lesões que se consideram deficientes.

Segundo os mesmos autores, a ideia de deficiência está frequentemente relacionada a limitações naquilo que se considera como habilidades básicas para a vida social. Grande parte dessas habilidades está ligada à mobilidade, ao uso dos sentidos, à comunicação, à interação social e à cognição; pode-se ainda levar em conta a deficiência que se expressa no corpo

em um estado permanente e/ou de longa duração. Por exemplo, dificilmente pessoas que encontram dificuldades de leitura porque são analfabetas e não tiveram acesso à escola serão consideradas deficientes, mas uma pessoa cega privada do sistema braile e exposta à escrita gráfica seria considerada deficiente.

Nesse sentido, lesões e deficiências não são sinônimas, pois, com base no Decreto n. 1.774, de 1995, uma pessoa para ser considerada deficiente deve apresentar como característica a incapacidade para a vida independente e para o trabalho, em razão de lesões irreversíveis de natureza genética, congênitas ou adquiridas, que impeçam o desempenho das atividades da vida cotidiana e do trabalho. (DINIZ; SQUINCA; MEDEIROS, 2007) A OMS, em 1989, segundo Fraga e Souza (2009), define como deficiência a perda ou anormalidade de uma função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para as atividades, dentro dos padrões considerados normais para a sociedade.

Portanto, tendo como referência o padrão normal, ligado à ideia de perfeição, a noção que se tem é de falta, de carência, falha ou anormalidade da pessoa deficiente, como se todas essas pessoas pudessem ser identificadas e representassem falta ou falha nesses seres humanos. Segundo Diniz, Squinca e Medeiros (2007), cada deficiência acaba tendo um tipo de comportamento diferente e assim há diferentes reações da sociedade, como preconceitos e inquietações, que acabam sendo as consequências da falta de conhecimento da sociedade, que faz com que a deficiência seja considerada um peso, um problema ou uma aberração.

A deficiência já foi tratada como um problema da pessoa, como um fenômeno relacionado à doença, como uma crença religiosa, na qual a pessoa era dominada pelo demônio e cuja responsabilidade sobre essa pessoa cabia a seus familiares ou a entidades especiais. Felizmente, circunstâncias políticas permitiram que a deficiência começasse a ser compreendida como uma questão social; assim, o modo como as sociedades agem em relação ao deficiente também tem influência dos

valores culturais de cada sociedade. (FRAGA; SOUSA, 2009)

Cabe ressaltar que, por meio de estereótipos, padrões de beleza, entre outras formas simbólicas, as pessoas que não se encaixam em nenhum desses modelos ideais passam a ser discriminadas. Situações de segregação ou exclusão de quem quer que seja concretizam atitudes que configuram como violência simbólica, que se dá quando a pessoa é impedida de se manifestar. Pessoas que têm sido colocadas nessa posição geralmente são as que possuem deficiências físicas, mentais, sensoriais e múltiplas, além daquelas que apresentam outros tipos de transtornos de desenvolvimento. (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011)

A partir do momento do diagnóstico, tanto o indivíduo quanto a família começam a sentir as dificuldades da exclusão e tendem a viver com a não aceitação, evitando a sociedade e, conseqüentemente, o imaginário coletivo acerca da deficiência mental e física, o que se torna preconceito – que nada mais é do que um prévio julgamento sem uma análise profunda e adequada das situações e sujeitos envolvidos, trazendo erros, mal-entendidos e sofrimentos. Assim, os manicômios se tornaram famosos por privar indivíduos com problemas mentais ou físicos do convívio de familiares e comunidade, submetendo-os a terapias violentas e desumanas, como administração de medicamentos em dosagens elevadas, camisas-de-força e eletrochoques. Antigamente, a deficiência assumia a identidade social do sujeito e lhe restava as classificações dos códigos de loucura, gerando um grande problema socioeconômico, pois os tratamentos não contemplavam possibilidades de habilitação e as pessoas deixavam de viver suas vidas. (JORGE; BEZERRA, 2004)

Para acabar com isso, os novos tratamentos se voltaram para a habilitação psicossocial, para a humanização, por meio da construção de uma rede de possibilidades que explora a autonomia dos que estão em tratamento e promovem a desconstrução dos rótulos atribuídos às doenças mentais. Dessa forma, esses indivíduos têm a possibilidade de serem aceitos de volta na sociedade, já que antes, por conta do preconceito, não lhes era permitido o convívio social. (JORGE; BEZERRA, 2004)

3 Os desafios da inclusão

A inclusão na sociedade é o grande desafio de pessoas que sofrem com algum tipo de deficiência. No plano dos atendimentos específicos, a realidade é que os locais de atendimento na área de saúde são pequenos, superlotados e sem infraestrutura. Na área social, os programas para atender a essas pessoas são os que possuem menos verbas e não existe trabalho efetivo junto às comunidades mais carentes; no mercado de trabalho, existem poucas vagas e oportunidades, sendo o “diferente” o último a ser contratado e o primeiro a ser demitido, e seu salário também se torna menor que de seus colegas de profissão. Nas áreas de lazer, esporte, cultura e transportes, a acessibilidade é inexistente e não há projetos para todos os tipos de necessidades. Por último, na área de educação, apenas a teoria é consistente, entretanto os professores não recebem uma boa formação, não há recursos técnico-pedagógicos e outros profissionais para melhorarem a educação dos deficientes, como psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, entre outros. (MACIEL, 2000)

A escola se torna uma grande protagonista na inclusão, pois é a instituição da alteridade, do estranhamento e da mestiçagem e poderia ser o lugar ideal para propiciar a transformação das relações humanas, para quebrar paradigmas e preconceitos. No entanto, sabe-se que não é isso que sempre ocorre. (EMÍLIO, 2005) Ao entrarem para a escola, as crianças que possuem alguma deficiência terão que se integrar e participar obrigatoriamente de três estruturas distintas da dinâmica escolar: o ambiente de aprendizagem, a integração professor-aluno e a interação aluno-aluno. Mas é necessário que o professor da sala regular e os especialistas de educação das escolas tenham conhecimento sobre o que é deficiência, quais são seus principais tipos, causas, características e as necessidades educativas de cada uma. (MACIEL, 2000)

Ainda segundo este autor, a interação entre os alunos fazer emergir suas diferenças interpessoais, realidades, experiências e diferentes percepções que trazem de seu ambiente familiar,

assim como a forma como lidam com o diferente, com os preconceitos e com a falta de paciência. Portanto, todos os alunos deveriam receber orientações sobre as formas de convivência com as diferenças e as consequências que a exclusão traz. Para estimular a pessoa com deficiência, as novas tecnologias, principalmente os computadores e a *internet*, são fundamentais, pois a velocidade da renovação do saber e as formas interativas da cibercultura trazem uma nova expectativa de educação, habilitando e reabilitando as pessoas com necessidades educativas.

Em 1996, houve a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que, no Art. 3, diz que os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência, com respeito à liberdade e apreço à tolerância, deverão ser as bases e princípios da educação. Entre os seus objetivos, segundo Gomes e Souza (2011), estão: prover de condições de acesso, permanência e participação, com a garantia de transversalidade das ações da educação especial dos alunos no ensino regular, por meio do desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que auxiliem na eliminação das barreiras acadêmicas para os alunos especiais nos diferentes níveis acadêmicos. Porém, o simples fato de matricular o aluno não garante a ele a inclusão escolar. Do mesmo modo, a nossa atual realidade capitalista contemporânea e suas cruéis consequências, como miséria, desemprego, racismo, marginalização, preconceito e conflitos culturais, dificultam o processo de inclusão social e escolar de alunos especiais.

Gomes e Souza (2011) ainda dizem que a escola assume importante papel na consolidação de algumas características sociais, sendo produto e produtora dessas características. Nessa mesma direção, para estudar, entender a escola e sua organização, sua realidade, é preciso compreender todos os aspectos da sociedade, como a economia e a política. Sendo assim, a inclusão seria a propulsora de uma nova visão da escola, dando oportunidades de educação para compensar as diferenças sociais. Os problemas que dificultam o processo de inclusão são vários, a falta de capacitação profissional adequada, a falta

de recursos e materiais apropriados, as barreiras arquitetônicas e físicas, as atitudes humanas, entre outros.

Logo, o processo de inclusão escolar implica mudanças radicais na compreensão dos sujeitos, na estrutura da escola, além do questionamento dos mecanismos de exclusão. Assim, a proposta de inclusão escolar oferece a possibilidade da revisão das práticas escolares excludentes. Dessa maneira, a ação e o compromisso com o tratamento da diversidade se tornam o ponto central do psicólogo escolar, que se torna o agente social de mudanças, transformando a realidade das escolas, principalmente as políticas educacionais inclusivas dos alunos especiais. (GOMES; SOUZA, 2011)

Alaminos e Riolfi (2006) realizaram um estudo com 33 alunos da sétima série de uma escola particular com o objetivo de verificar a concepção de deficiência dessa amostra. Para tanto, utilizaram um questionário, pelo qual avaliaram se o aluno conhecia algum deficiente, o tipo de deficiência da pessoa conhecida, a convivência com a pessoa, bem como a possibilidade ou impossibilidade do deficiente frequentar uma escola regular.

Com base nas respostas, 17 alunos conseguiam imaginar um deficiente em sua escola regular, dez alunos afirmaram que sua presença pode ser possível ou não, dependendo da sua “configuração” específica e seis alunos negaram a possibilidade de acolhida de um deficiente, chegando à seguinte conclusão:

Os processos de inclusão passem por atitudes não alienadas, pela tentativa de discutir cada caso em sua especificidade, buscando proporcionar ao grupo que inclui um sujeito singular, que, como qualquer um, tem vantagens e não como alguém que tenha tido o infortúnio de concentrar todas as desvantagens do mundo (ALAMINOS; RIOLFI, 2006, p. 11).

Em relação ao mercado de trabalho, as dificuldades são amplas e inclui fatores financeiros, psíquicos, físicos e sociais. A discriminação dessas pessoas no trabalho ainda é muito grande, uma vez que os colegas de trabalho tendem a tratá-los com desconfiança, descredibilidade, medo, receio ou com extremo cuidado sem necessidade, não vendo mais o sujeito,

mas o “doente”, o “necessitado”, aquele que é digno de pena.

Ao se sentir excluído, de acordo com Jorge e Bezerra (2004), o deficiente pode desencadear uma série de reações, como a baixa autoestima e a depressão. Assim, diante das dificuldades e “incapacidades”, os deficientes acabam buscando ajuda nos benefícios previdenciários para sobreviverem, como a assistência social e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é concedido aos deficientes mentais e físicos.

Porém, segundo Jorge e Bezerra (2004), a inclusão no trabalho é representada como uma necessidade pessoal e social e tem uma grande importância na vida do indivíduo excluído pela sociedade. É importante a necessidade de se manter ocupado, sentir-se útil, como forma de se desligar dos sofrimentos, diminuir os sintomas, melhorar o tratamento, as relações familiares e sociais e se sentir parte da sociedade, valorizado, respeitado, digno como pessoa, como ser humano, interagindo com o ambiente, com os colegas de trabalho, fazendo com que sua autoestima aumente, pois a capacidade de produzir traz valor ao sujeito perante a sociedade.

4 Conclusão

Pode-se perceber que, mesmo com a evolução da sociedade, o tido “diferente” foi sendo percebido e visto de maneiras preconceituosas e com rótulos distintos, sendo o possuído pelo demônio, o anormal, a aberração ou o necessitado, digno de pena e incapaz de ser independente ou útil. A ideia que muitos têm sobre o deficiente é a de que falta algo, há algo diferente, porém o que ainda precisa ser entendido pela sociedade é que, mesmo com a falta, a deficiência de algo, de alguma “parte”, de alguma célula, não impede a pessoa de ser normal, sendo apenas necessária a ajuda e compreensão de todos para que isso seja necessário.

Assim, as várias dúvidas existentes em relação à deficiência, principalmente em seu conceito e a maneira mais adequada de se lidar com ela, trouxe como consequência a exclusão daqueles que fogem dos padrões impostos pela sociedade, sejam

“diferentes” fisicamente, mentalmente, no estilo de vida, no comportamento ou até mesmo nas opiniões. Com isso, o que mais incomoda não é a “anormalidade” em si, mas a maneira de ser visto, de ser exposto por uma sociedade que ainda é deficiente. Embora não se possa negar que houve decréscimo da rejeição da presença do deficiente.

As pessoas com deficiência nem sempre podem ocupar plenamente os espaços públicos, não há acessibilidade suficiente nos transportes, nas ruas, nas edificações, em escolas, no mercado de trabalho, dificultando, assim, a vida e os direitos dessas pessoas. No que se refere a recursos, deveriam se envolver tanto a sociedade quanto as instituições, e o próprio Estado tirar da teoria e se voltar para a prática, para a realidade, pois a melhor forma de incluir o diferente é conscientizar as pessoas, mostrar que, além das diferenças, existem muitas semelhanças entre elas, em que um depende do outro.

A inclusão social ainda é precária, sendo um processo lento e difícil, porém não impossível. Não há uma única solução, sendo a harmonia familiar, o respeito do grupo social, a compreensão e a ajuda de todos de um grande valor para a melhora dos indivíduos, resultando em felicidade, alta autoestima e alívio da dor. As leis e políticas públicas existem, porém muitas vezes são falhas na prática, fazendo com que a empatia (o se colocar no lugar do outro) seja o melhor caminho para a inclusão social, e não apenas para acabar com o preconceito, mas também com o egoísmo e as desigualdades entre os indivíduos, pois o que falta para muitos seres humanos ainda é se tornar humano.

Referências

ALAMINOS, Cláudia; RIOLFI, Cláudia Rosa. Retrato de deficiente na escrita do jovem: o imaginário que desfoca sua face. *Imaginario*, v. 12, n. 12, p. 97-116, jun. 2006.

DINIZ, Débora; SQUINCA, Flávia; MEDEIROS, Marcelo. Qual deficiência? Perícia médica e assistência social no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 23, n. 11, p. 2.589-2.596, nov. 2007.

EMÍLIO, Solange Aparecida. Os vínculos na inclusão escolar: sobre laços, amarras e nós. *Vínculo*, v. 2, n. 2, p. 61-69, dez. 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed., Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2001.

FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira; SOUSA, Antônia Félix de. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. *Rev. Eletr. Enf.*, v. 11, p. 418-423, nov. 2009.

GOMES Cláudia ; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. *Rev. psicopedag.*, v. 28, n. 86, p. 185-193, 2011.

JORGE, Maria Salete Bessa; BEZERRA, Maria Luciene Moreira Rolim. Inclusão e exclusão social do doente mental no trabalho: representações sociais. *Texto Contexto – Enferm.*, v. 13, n. 4, p. 551-558, dez. 2004.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo Perspec.*, v. 14, n. 2, p. 51-56, jun. 2000.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. *Rev. Saúde Soc.*, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração dos direitos de pessoas com deficiência*. 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

The challenge of social inclusion in Brazil

Abstract:

The social exclusion brings severe consequences to the excluded individual as well as to the society itself. This situation has been happening since the Antiquity, among its major consequences we can name suffering and privation. However, the process of including is not as easy as it seems to be, mainly when there are doubts and a history of exclusion based on religion and culture. This article aims to reflect on social inclusion, its process and obstacles through a brief description. This paper was based in the bibliographic research methodology, starting from a survey of scientific articles and dissertation data banks. Based on the bibliographic material analyzed it could be verified that what makes the society exclude those considered different varies from culture, social level and even the media influence in the searching for perfection. The results allowed us to understand that those reasons create, besides prejudice, suffering of those who do not fit in the imposed values. It was verified that Brazil is not adapted to the social inclusion yet and that the awareness of this theme is still substandard. It was also noticed that prejudice has a great negative influence in the treatment and socialization of the handicapped. There are specific laws and rights, but they still need to be put into practice. It is the society, handicapped or not, who should be in charge of thinking about the others and have their rights respected.

Keywords: social inclusion; handicap; social exclusion

Enviado: 11-06-2012

Aprovado: 2013-01-18